

Indicativo de Projeto de Lei de nº 28 , DE 2025

Do Senhor Tiago Vasconcelos

Dispõe sobre a inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como componente curricular obrigatório no ensino médio da rede pública do Estado do Piauí, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ decreta:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da rede pública de ensino do Estado do Piauí, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais – Libras, como componente curricular obrigatório no ensino médio, a ser ministrada gradualmente, conforme o cronograma de implantação definido pela Secretaria de Estado da Educação.

- Art. 2º A inclusão da disciplina de Libras tem por objetivo:
- I Promover a inclusão social e educacional de estudantes surdos e ouvintes;
- II Estimular o respeito à diversidade linguística e cultural;
- III Garantir o direito à comunicação e à cidadania das pessoas surdas;
- IV Contribuir para a formação de uma sociedade mais acessível e equitativa.
- Art. 3º A disciplina será implementada progressivamente, priorizando:
- I As escolas com maior presença de alunos surdos;
- II A formação de professores da rede pública para atuação na área;
- III A inclusão da Libras como conteúdo em projetos pedagógicos integradores.
- Art. 4º A formação e capacitação dos profissionais da educação responsáveis pelo ensino da Libras será realizada por meio de parcerias com universidades, instituições credenciadas e o uso de tecnologias educacionais inclusivas.
- Art. 5° O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, no prazo de até 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.





GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL TIAGO VASCONCELOS

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tiago Vasconcelos Deputado Estadual MDB



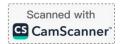
JUSTIFICATIVA

A presente proposta tem por objetivo incluir a disciplina de Língua Brasileira de Sinais – Libras como componente curricular obrigatório nas escolas da rede pública estadual de ensino do Piauí, no nível médio. A medida representa um avanço significativo na consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva, garantindo às pessoas surdas e ouvintes o direito ao aprendizado, à comunicação e à convivência em um ambiente educacional mais justo e acessível.

A Lei Federal nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira e determina sua inclusão obrigatória na formação de professores e profissionais da saúde. No entanto, a legislação não prevê a obrigatoriedade do ensino da Libras nos ensinos fundamental e médio, deixando espaço para que os estados legislem sobre o tema no exercício de sua competência concorrente em matéria de educação. Neste contexto, o Piauí pode e deve avançar, instituindo a Libras como disciplina obrigatória nas escolas públicas estaduais, promovendo acessibilidade linguística, respeito à diversidade e inclusão efetiva.

A iniciativa também atua como ferramenta de combate à exclusão social e ao preconceito, permitindo que estudantes ouvintes compreendam e se comuniquem com seus colegas surdos. A inclusão da Libras como disciplina curricular cumpre um papel educativo e social fundamental, uma vez que fortalece a cidadania linguística da população surda; estimula o aprendizado de uma segunda língua (Libras) aos ouvintes, ampliando horizontes comunicativos; forma multiplicadores da inclusão em outras áreas sociais, familiares e profissionais e sensibiliza os alunos para os direitos humanos e a equidade. A proposta prevê, ainda, que a implantação da disciplina se dê de forma gradual e planejada, considerando a realidade das escolas, a formação de professores, os recursos didáticos e a articulação com instituições especializadas.

A Secretaria de Estado da Educação poderá estabelecer parcerias com universidades, centros de formação e entidades da sociedade civil para assegurar a qualificação profissional e o suporte pedagógico necessários à plena execução da política. Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa Legislativa para aprovação do presente projeto, com o entendimento de que promover a Libras é promover o direito de aprender, de ensinar e de pertencer a uma escola verdadeiramente inclusiva, como exige a Constituição Federal e os tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário. Trata-se de um passo necessário rumo a um Piauí mais acessível, solidário e





GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL TIAGO VASCONCELOS

plural.

Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, em 22 de agosto de 2025.

Tiago Vasconcelos Deputado Estadual MDB